

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da deputada Angela Albino, com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra, o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses.

Venho a esta tribuna trazer uma preocupação muito grande com relação à questão do abastecimento de água pela Casan.

Pelo estado afora, frequentemente, ouvimos reclamações de falta de água, de falta de investimentos.

Temos inúmeros exemplos em Santa Catarina dessa situação, mas quero me ater, especificamente, nesta tarde, à situação da Casan do município de Concórdia.

São diversos os investimentos prometidos por esta estatal, mas eles não têm sido, de fato, efetivados.

Há, inclusive, investimentos maiores de saneamento básico, do PAC, já assegurados, mas a Casan ainda não conseguiu apresentar o projeto adequado, passando por investimentos de nova estação de tratamento de água e até mesmo investimentos mais simples, como, por exemplo, o simples fechamento dos buracos que são abertos pela Casan e faz muito tempo que não são fechados. E lá vão promessas. Ontem, ainda, lembrava-me um vereador, na sessão da câmara, que prometeram para o mês de março resolver a questão dos buracos em um determinado município, mas até agora nada, e já estamos em novembro e isso não foi solucionado.

Mais grave que isso é a questão do abastecimento da água que se agravou mais ainda com o rompimento de uma adutora da Casan, do rio Jacutinga, de onde vem a maior parte da água da cidade do município de Concórdia, e que deixa, nesta manhã, neste dia de hoje, praticamente toda a cidade sem água.

Para exemplificar essa situação, sr. presidente, no bairro dos Estados, rua Mato Grosso - e aproveito para pedir permissão para usar essa matéria extraída de um *site* de uma das emissoras de rádio da cidade nesta tribuna, já que é dado público e foi uma matéria jornalística - uma moradora, dona Terezinha, disse que a sogra, de 98 anos, até chorou nessa terça-feira, pois não havia água para que a nora lhe desse banho.

(Passa a ler.)

"Ontem cheguei até a chorar, a chorar! Porque não há água para minha sogra tomar banho. É um direto. Meu marido vem com os uniformes sujos e ele precisa de roupas limpas para trabalhar. Ontem

também liguei para a Casan e a moça falou que a água já chegaria. Chegando? Até agora não chegou nada." - lamentou a moradora emocionada.

Este é um depoimento, em meio a tantos outros, que poderíamos trazer.

Eu fiz, ainda, na semana passada, uma proposição, mas estou aguardando uma posição a pedido também do prefeito de Concórdia, e convidamos outras lideranças que queiram participar, de uma audiência para debatermos essa problemática diretamente com o governador de Santa Catarina. O município de Concórdia há tempos aguarda os investimentos da Casan.

Eu quero lembrar que em 2000 tive o prazer de ser eleito prefeito daquela cidade e, quando faltavam três dias para que eu assumisse o meu mandato de prefeito, portanto, no dia 27 de dezembro, a Casan e a então administração da prefeitura renovaram o contrato de concessão por mais 20 anos, embora faltassem, ainda, três anos para vencer o contrato.

E, naquele contrato, uma série de compromissos foram assumidos, embora grande parte não esteja sendo cumprido. Tanto isso é verdade que foram desenvolvidas diversas ações pela prefeitura nessas gestões, inclusive nas que eu estive à frente da prefeitura, como notificações, conversas e audiências. E não sendo isso resolvido, protocolamos uma ação judicial que tramita até hoje, buscando a execução do contrato.

O que eu trago para esta tribuna, sr. presidente e srs. deputados, é o desejo da comunidade de Concórdia de que essa situação seja resolvida, que a Casan de fato faça os investimentos. E foi realizada, ainda, há cerca de um ano, uma audiência na Casan com o presidente, com lideranças do município, onde também foram prometidos os investimentos, que até a presente data não foram efetivados.

Então, fizemos duas solicitações. Primeiramente, ao governador do estado, no sentido de que olhe o nosso pedido e nos receba em audiência para que possamos conversar mais diretamente sobre esse assunto. Em segundo lugar,

independentemente de audiência, para que a Casan tome providências, de fato, para resolver o problema de abastecimento de água no município de Concórdia. E lembro também que não é somente naquele município que está ocorrendo isso, há outros municípios onde a Casan tem deixado a desejar, como no estado afora há reclamações. Então, que ela possa tomar ações para poder resolver isso o quanto antes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham na tarde desta terça-feira, aqui ou pela Rádio Alesc Digital, quero, mais uma vez, agradecer aos servidores e às servidoras desta Casa que na última quinta-feira contribuíram de forma fundamental para que realizássemos com êxito a sessão especial alusiva aos 90 anos da Coluna Prestes, conforme ata bem lida pelo secretário, deputado Kennedy Nunes, que ocorreu neste Poder, na última quinta-feira.

Então, quero agradecer aos servidores e servidoras de todos os setores, da Casa Militar e do Cerimonial entre outros, que estiveram aqui conosco aproximadamente até as 22hs da última quinta-feira nesse evento que, para nós, foi muito importante e contou com a presença da historiadora Anita Leocádia Benário Prestes, que também é parte viva da história deste país, que fala de um movimento de jovens oficiais na década de 20, que ficou conhecida como Movimento Tenentista e que teve como principal episódio a própria Coluna, que acabou levando o nome de Luiz Carlos Prestes depois de marchar por 25.000km em três estados da federação. Na época, percorreram três estados, mas hoje em dia, evidentemente, percorreriam mais.

E o movimento que defendia bandeiras democratizantes de organização mais racional do estado, combatia as formas pouco públicas e pouco

transparentes da política do Café com Leite e defenda, inclusive, o voto universal.

Foi um movimento democrático e reformista que contribuiu exclusivamente para que a sociedade brasileira nos períodos posteriores caminhasse na direção das demandas que os participantes tenentistas defendiam na década de 20. Uma epopeia do povo brasileiro que precisaria e seria bom que fosse mais conhecida e melhor ensinada, inclusive nas escolas, pois se trata de um importante fenômeno da história política do nosso país.

E nos sentimos agradecidos pela oportunidade que tivemos de falar um pouco sobre esse assunto desta tribuna, neste plenário, ao longo desses últimos oito anos, e também por participar desta sessão especial da última quinta-feira.

Queria retomar um tema que, para mim, já poderia ou deveria ter sido deixado em segundo plano há pelo menos duas semanas, que é o resultado da eleição presidencial, especialmente do segundo turno, mas continuamos assistindo a um conjunto de manifestações, aliás, a um conjunto imenso de manifestações, especialmente nas redes sociais, de inconformismo com o resultado da eleição. E aí, evidentemente que quem participa da política, há pelo menos duas décadas, sabe o que é ganhar ou perder uma eleição. Sabemos das dificuldades nos dois casos, porque quem ganha não está necessariamente muito bem, até porque precisa dar um conjunto de soluções e respostas às expectativas da sociedade e aos setores políticos; e quem perde precisa perceber também qual é o seu espaço nessa mesma sociedade na correlação de forças futuras.

Até aí tudo bem, tirando o fato de que parte dessas manifestações tem um caráter nitidamente golpista, para usar a palavra necessária. E é a isso mesmo que estão recorrendo alguns desses setores inconformados, inclusive com manifestações públicas, como caminhadas, em algumas cidades do país, chamando pela intervenção das Forças Armadas e do Exército para colocar o Brasil no prumo, segundo eles.

Mas sou um militar e, como outros militares, tenho bastante receio deste tipo de postura por parte de alguns setores da sociedade. Primeiramente, porque eu e diversos outros militares brasileiros, talvez a maioria, não concordamos com essa alternativa, porque há 50 anos o Brasil já passou por isso e há menos de um ano depois do Golpe de 64 boa parte daqueles que tinham ido às ruas manifestar e pedir a intervenção das Forças Armadas, senão a maioria, tinham arrependido-se já que o discurso era de que o golpe teria como objetivo a eleição para presidente no ano seguinte.

Evidentemente, tratava-se de uma fraude discursiva ou um estelionato político, porque dar um golpe em 64 para garantir uma eleição presidencial em 65 é, no mínimo, ridículo. Refiro-me à proposta em si, porque se fosse para cumprir esse objetivo, se efetivamente quisessem cumprir esse objetivo, seria irracional sob todos os pontos de vista, inclusive do ponto de vista financeiro e da organização da sociedade.

Agora vemos novamente algumas manifestações pedindo a intervenção das Forças Armadas para organizar para o ano que vem uma eleição que seja isenta de fraude e estão trazendo argumentos de que houve fraude nessa eleição. E eu, particularmente, só posso levar em consideração se houver denúncia formal e a aceitação da denúncia por órgão competente, e não por boato de *internet* ou manifestação de uma ou de outra liderança mais estressada, vamos dizer assim, ou menos adepta, na essência, ao conceito de democracia.

Nós precisamos entender que não existe nenhum risco de qualquer crise institucional com a reeleição da Dilma. Aliás, porque ela e os governos do PT até aqui foram de um sub-reformismo, porque chamar de reformismo, acho que seria avanço demais para aquilo que tem sido feito pelos governos encabeçados pelo PT. Um sub-reformismo ou um reformismo bastante acanhado.

E essa é a essência dos governos do PT, e podemos falar uma semana inteira para tentar conceituar isso que estamos falando,

caracterizando as medidas que, efetivamente, foram tomadas pelo governo ou por esses governos.

Mas os governos encabeçados pelo PT, com o PMDB de vice, e com a participação do PR, do PRD, do PP, do PSD, com certeza não é um governo que ameace a estabilidade capitalista da sociedade brasileira. E o sujeito precisa ser quase um facista, senão um facista por inteiro, para ver nesses governos alguma ameaça Bolchevique, como alguns escrevem nas redes sociais.

É um governo de um sub-reformismo ou um reformismo acanhado, e participam dele quase todos os partidos da ordem existentes no Brasil, inclusive partidos que estavam apoiando e participavam da própria ditadura militar.

É preciso que haja bom senso e que se pare de difundir ódio e preconceito contra quem pensa diferente, contra quem é nordestino, contra quem é pobre, esta que é a verdade. É preciso parar de difundir preconceito com relação aos diferentes, porque estão falando de uma coisa muito séria, que é a estabilidade política e respeito às instituições e à democracia, tão frágil, é verdade.

Evidentemente, considero a democracia representativa brasileira quase uma falácia. Ela é muito frágil, muito superficial e não aprofunda, na essência, aquilo que é, efetivamente, a vontade do povo.

Mas daí a vir imaginar que é com golpe, com ataques, vendo fantasmas que não existem que se vai caminhar num rumo mais racional e mais humano, é absolutamente estranho. É preciso que haja bom senso de quem perdeu e bom senso de quem ganhou e, em se tratando de corrupção, todos os episódios precisam ser investigados pelos órgãos competentes, segundo a nossa Constituição, que deve fazer valer o seu poder para, efetivamente, punir todos os corruptos, independentemente de partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações e, faltando 17 minutos para adentrarmos ao horário reservado aos Partidos Políticos, esta Presidência suspende a sessão até as 15h.

Esta suspensão a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos. E, como a sua presidente foi eleita, esta Presidência pode dar até três minutos a mais, para somar 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Na realidade, deputado Kennedy Nunes, quem ganhou foi o Brasil. Ganhamos pelo momento da democracia construída, pelo momento de tranquilidade em que o governo teve uma vitória apertada nas eleições em meio a uma série de questionamentos e posicionamento da grande mídia nacional.

Quando se fala em regulamentação da mídia não se fala em coibir as informações, mas temos que ter muito claro que acabou de ser apontado que aquela matéria produzida pela revista *Veja*, no término do segundo tempo, diria assim, só no estado de São Paulo, segundo as pesquisas, tirou em torno de 8% dos votos da presidenta Dilma. Por mais pecados que se tenha na Petrobras, o diretor que produziu o processo de corrupção nunca foi do PT e não é, era um funcionário de carreira, apesar de se tratar de questões inerentes a volume de recursos de questões públicas condenáveis, simplesmente, o denunciante cita nomes, mas nada ficou comprovado. Foi citado o seu Álvaro Dias, por exemplo, que elegeu o senador do Paraná no primeiro turno; também figuras do PP e de diversos partidos.

Assim como a última pesquisa de sábado, do Ibope, dava margem acima dos quatro pontos percentuais para a presidente Dilma; o Data Folha apontava empate técnico. Estão aí hoje os estudos

científicos mostrando que a pesquisa Data Folha era uma amostragem de quase 20 mil entrevistas e mostrava, nitidamente, o resultado manipulado na urna para dizer que se tratava de um empate técnico. Mas nada disso justifica o resultado do momento democrático para buscar um terceiro turno e questionar o processo eleitoral mais democrático do mundo e, tecnologicamente, o mais avançado, porque se questionarmos as urnas eletrônicas no segundo turno, temos que questioná-las no primeiro turno.

No entanto, é fundamental ter claro que reunir 1.500 pessoas na avenida Paulista, em São Paulo, para pedir o retorno da ditadura militar, o retorno do exército, é inconcebível neste momento da democracia e inexplicável para um grupo de gatos pingados, porque reunir 1.500 pessoas na avenida Paulista, em São Paulo, é mais ou menos como reunir, aqui em Florianópolis, 50 pessoas na rua Felipe Schmidt, proporcionalmente. E a grande manchete mostra como se isso fosse vanguarda da revolução brasileira. Vai latir lá para as matilhas da mãe dele! Pedir ditadura militar é inconcebível, nós que lutamos tanto por esse momento da democracia.

Primeiramente, quero dizer que esse resultado eleitoral não divide o país, pois no sul e no sudeste a Dilma fez mais votos do que no norte e no nordeste. Em segundo lugar, se tivermos que dividir o país, como ouvi alguns mapas escritos, teremos que incluir, nessa divisória, Minas Gerais e Rio de Janeiro: num estado Aécio foi governador e, no outro, ele mora, e nos dois Dilma ganhou.

Mas é inconcebível, nesse resultado eleitoral, ver essa xenofobia odiosa, não apenas ao PT, mas à democracia. Sou do PT, sim, e não tenho lepra. Ajudamos muito a construir e a lutar por este país, a trazer recursos para este estado. Reclamase do Bolsa Família, mas o Aécio ia dar o 13º salário para o Bolsa Família, junto com a Marina; ia fazer o Minha Casa, Minha Vida e incluir famílias que não tinham acesso.

Mas é importante deixar claro que somos um único país e não há nada que justifique a divisão

de um corpo humano em partes, não há nada que justifique esse temperamento odioso de um grupo de pessoas que, normalmente, estão numa elite. Essas são coisas inimagináveis num país como este. Daqui a quatro anos haverá eleição novamente e começaram a dizer que a Dilma terá que aprovar a PEC da bengala para juizes e ministros, porque senão vai indicar mais ministros do Supremo do que os outros presidentes. Esta é uma lógica da democracia.

E aí pergunto sobre os que foram indicados pelo Lula. Qual foi o comportamento do Barbosa? Qual foi o comportamento do Eros Grau que, se não me engano, está morando na França e sempre foi do PSDB, nunca foi do PT, inclusive declarou apoio ao Aécio. Qual foi a posição do Fux, na Ação Penal 470? Há muito mais gente no Supremo contra o PT juridicamente do que a favor do Partido dos Trabalhadores. Mas indicar os demais é uma consequência da democracia, porque, senão, daqui a pouco, em decorrência disso, vão ter que ficar 75 anos, depois 80 anos e aí você não revigora, não muda. Essas instituições precisam de uma renovação, de novos quadros jurídicos com uma nova postura de país.

Por isso, neste momento, o Partido dos Trabalhadores faz sua defesa enfática da democracia, em nome do sul, do sudeste, do norte, do nordeste e do centro-oeste. Imaginem, agora, neste momento de seca no sul e no sudeste, de onde está vindo a energia elétrica para cá? É o nordeste que está mandando energia elétrica para Santa Catarina! Se formos separar o país, teremos que importar energia, porque hoje há um sistema integrado. E foi a presidente Dilma que visionariamente integrou esse sistema.

Por mais que se fale da Petrobras, acabou de iniciar a produção da refinaria Abreu Lima, Pernambuco, depois de 30 anos tinha sido feita uma refinariuzinha pelo Lula e agora a maior refinaria do mundo está sendo posta em atividade, o que vai significar uma economia para o Brasil em termos de refino de petróleo, do ponto de vista das importações inimagináveis. Nós estamos vendo aqui, próximo de Santa Catarina, uma empresa australiana

fazendo perfuração para pesquisar, perfurar petróleo em alto mar. Isso em decorrência do que mesmo?

Em Joinville, em São Francisco, foi anunciado quase R\$ 700 milhões para se montar lá uma estrutura, um grande empreendimento para a produção de plataforma petrolífera em Santa Catarina. Se a crise fosse tão aprofundada essas empresas não estariam investindo em Santa Catarina. Não estariam investindo no país, porque se criou num momento da vida pública e da democracia, um sobe e desce da bolsa, do dólar, como se o Brasil dependesse disso, do ponto de vista econômico.

Portanto, temos que, neste momento, apenas fazer uma reflexão e negarmos o ódio implantado em cima do resultado eleitoral. Gostaria de dizer que o meu partido pode ter todos os pecados, mas tem mais virtude do que pecados. E essas virtudes tiraram milhões de brasileiros da miséria no sul e no sudeste, colocou milhões de alunos nas universidades com o ProUni e Fies, mas o sul e o sudeste não votaram na Dilma, votaram no Aécio. E assim é a vida, assim é a percepção democrática e é isso que temos que defender, porque este Brasil é um país de todos os brasileiros, não apenas de alguns segmentos que se alvorçam como donos desses destinos e que, principalmente, acham que podem definir a história da democracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, voltando a esse debate que o deputado Jailson Lima trouxe a esta tribuna, até para enriquecer a discussão que se faz, sim,

necessária. Não podemos trabalhar na perspectiva de que alguns setores não podem perder a eleição ou que certos partidos ou certas concepções de mundo só podem ficar no governo no máximo por 12 anos, porque, dessa forma, em São Paulo já teria que ter havido um golpe há muito tempo, já que é o mesmo partido que governa lá há pelo menos duas décadas. Então, são questões que precisam ser refletidas, precisam ser colocadas em discussão. Precisa ser visto que não tem ninguém dessa parte aqui defendendo qualquer prática de corrupção, pelo contrário, temo-nos mostrado militante na causa de garantir que as instituições afins sejam fortalecidas para que possam fiscalizar, investigar e analisar todas as denúncias de corrupção existentes na nossa sociedade. Não é essa a questão. A questão moral está vindo para essa discussão apenas para justificar um estranho inconformismo de quem não sabe perder. Porque nós, situados à esquerda do aspecto político-ideológico, tivemos uma derrota em 64, com o golpe, para fazer uma eleição no ano seguinte, em 65, e demorou 25 anos.

E não vou gastar tempo discorrendo sobre a qualidade daqueles 25 anos da política brasileira.

Em 1984 tivemos outra derrota, porque as "Diretas Já" foram traídas pelo Tancredo Neves, sim senhor, o avô desse outro moço que está aí agora. Ele traiu as "Diretas Já" com as promessas dos próprios ditadores de que ele seria eleito presidente pelo colégio eleitoral com Sarney de vice, caso esvaziasse ou contribuísse para o esvaziamento do movimento pelas "Diretas Já" em 1984. Portanto, fomos derrotados de novo.

Em 1989, para mim, que era um jovem militante, essa foi a derrota mais dolorosa porque também foi por muito pouco. E os mecanismos que foram usados, assim como os meios de comunicação, as insídias para derrotar o Lula naquele segundo turno - para não deixar o Brizola ir para aquele segundo turno -, e eu votei no Brizola no primeiro turno, em 1989. E o Brizola teria derrotado o Collor no segundo turno, mas as insídias para que o Brizola não fosse para o segundo turno, em 1989, já foi a

primeira derrota, e depois, a outra, no dia 17 de dezembro.

Com certeza, foi doloroso nas eleições posteriores também. Agora, então, algum setor não quer que um projeto, acanhadamente reformista, repito, fique mais de 12 anos no governo. Qual é o medo dessa turma? O medo dessa turma é que daqui a quatro anos o Lula concorra de novo e, não sei se é verdade, mas é isso que já se desenha, ganhe oito anos de novo. Então, a conjuntura muda toda hora e ninguém sabe o que vai acontecer daqui a quatro anos.

Agora, de uma coisa eu tenho certeza: a Dilma não é bolchevista, especialmente pelo conjunto de aliados que tem, sequer a reforma política que poderia dar uma situação de maior igualdade nas disputas eleitorais vai ser aprovada com a profundidade que precisava, até porque os aliados da Dilma já disseram que não.

Nós mantemos a posição aqui de que qualquer mudança precisa ser realizada pela organização popular, de baixo para cima, nos setores de base da sociedade, a base sã da sociedade precisa se organizar para dar uma saída civilizatória de um programa de emancipação social e de emancipação popular para o povo brasileiro.

Nenhum salvador da pátria e nenhuma instituição por si só pode resolver esse problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

Uma crença simples, mas poderosa me orienta politicamente desde a minha filiação ao PMDB em início a vida pública.

Nossas atitudes políticas devem ter relevância e ressonância com a sociedade.

Passada mais uma eleição mantenho-me fiel a este pensamento, porque ele agrega um grande propósito a nossa caminhada.

Portanto, cumprimento todos os colegas deputados pelo resultado alcançado na última eleição. Cumprimento e parabenizo especialmente os nossos colegas do PMDB. Juntos, conquistamos mais de 750 mil votos dos catarinenses. É com certeza um trabalho político que nos levou aos bons resultados ao longo dos tempos.

Essa mesma bancada que a partir do próximo ano vai contar com o deputado Gean Loureiro. Isso é fruto também, principalmente, do trabalho do partido cuja militância tem na lealdade a mais marcante virtude. É desse partido e dessa militância a bancada de 19 senadores, 66 deputados federais, sete governadores e mais quatro vice-governadores que a partir de 2015 estarão a serviço da sociedade brasileira.

Sinto-me, deputado Antônio Aguiar, orgulhoso ao divulgar o desempenho do partido em que milito há mais de duas décadas, especialmente na condição de, hoje, presidente estadual do PMDB.

A política é, sobretudo, feita de gestos. E agradeço ao deputado Moacir Sopelsa, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e ao ex-governador Paulo Afonso Vieira, a oportunidade de assumir a presidência do maior partido em Santa Catarina, o PMDB.

Para deputado estadual o PMDB foi responsável por 49,7% dos votos dos partidos que compuseram a nossa coligação proporcional, com o PMDB, PSD, DEM e PRB.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de saudar o presidente do PMDB, em exercício, deputado Valdir Cobalchini.

Quero dizer que nos sentimos orgulhosos de termos v.exa. como presidente do maior partido do estado de Santa Catarina.

Santa Catarina precisa de pessoas mais jovens para reforçar o ânimo e fazer com que os nossos peemedebistas, aqueles que veem em nós um espelho na política, tenham a nossa presença junto a eles, principalmente no interior e em toda Santa Catarina.

Parabéns, deputado Valdir Cobalchini, por esse desempenho e pelo cargo que v.exa. assume.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, incorporo, com muita satisfação, as suas palavras ao meu pronunciamento.

(Continua lendo)

"Se somarmos os votos dos partidos que participaram da coligação majoritária o PMDB contribuiu com 40% dos votos.

Já para deputado federal a sigla conquistou 48,53% dos votos da coligação. Elegeu também o senador da República, Dário Berger, e o vice-governador do estado, Eduardo Pinho Moreira.

Dez deputados estaduais e os primeiros quatro suplentes. Proporcionalmente, deputado Moacir Sopelsa, o melhor desempenho do Brasil foi do PMDB do nosso estado.

Ao cumprimento ético e rigoroso da palavra firmada com os demais partidos que participaram da coligação vitoriosa em Santa Catarina aliamos mais uma vez, a partir desse novo mandato, o trabalho em favor dos catarinenses.

A garantia da governabilidade geralmente atribuída ao PMDB é mais do que um compromisso com os governos que ajudamos a construir. É um compromisso com a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado, deputado Valdir Cobalchini.

Gostaria de cumprimentar v.exa e dizer que é uma alegria para nós termos na nossa bancada o presidente do nosso partido.

Quero lhe cumprimentar pelo cargo que v.exa. passa a ocupar. Tenho certeza de que v.exa. levará adiante o grande trabalho que foi feito pelos presidentes anteriores, especialmente agora, nos últimos anos, pelo deputado, nosso vice-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira.

Quero cumprimentá-lo e reconhecer o destaque do nosso partido em nível nacional. É um partido que está em quase 100% dos municípios de Santa Catarina, que tem uma base forte e uma participação forte, porque participa do governo há 12 anos, agora prorrogados, com a reeleição do governador Raimundo Colombo, por mais quatro anos.

Significa que existe o trabalho do Executivo, o trabalho da nossa bancada, bancadas de apoio ao governo, mas, especialmente, esse apoio forte do PMDB, que está, como já disse, nos 293 municípios. Parabéns, deputado Valdir Cobalchini!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, deputado e amigo Moacir Sopelsa.

(Continua lendo)

"Mas o PMDB deve ir muito além desse papel. No cenário nacional, como já foi referido por v.exa., deputado Moacir Sopelsa, o PMDB elegeu sete governadores e quatro vice-governadores. No cenário estadual, mais de 100 prefeitos, 71 vice-prefeitos, mais de 800 vereadores e diretórios espalhados por todos os municípios de Santa Catarina, o que confere ao PMDB capilaridade singular em Santa Catarina. A capacidade de mobilização do partido ultrapassa espaços no governo, na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa. Não somos somente fiadores da governabilidade.

O capital político do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Moreira foi fundamental para finalizar a disputa no estado em primeiro turno. O governo bem conduzido, livre de qualquer insinuação de ilegalidade, recursos públicos bem aplicados deram tranquilidade ao povo catarinense para escolher a continuidade do projeto. A parceria com o governo federal para a realização do maior volume de obras do estado e a descentralização administrativa, que deve ser

reconhecida como um dos maiores avanços em Santa Catarina, ampliada pelo Fundam, aprovado por esta Casa, beneficiou todos os municípios com recursos do governo do estado.

Também o capital político e a articulação dos senadores Casildo Maldaner e Luiz Henrique da Silveira, líderes maiores da nossa legenda, conduziram o PMDB para mais uma eleição vitoriosa. Enquanto um se despede do senado, Casildo Maldaner, dando lugar a Dário Berger, o outro se consolida como forte candidato à Presidência da Casa, incentivado por colegas das mais diversas correntes.

No Congresso Nacional, temos as maiores bancadas, é que depositamos nossa confiança para fazer as reformas que o Brasil precisa. Não há mais o que esperar para fazer uma ampla reforma política. Que seja finalmente aberto o diálogo entre o Congresso Nacional e a sociedade para discutir e tomar decisões, como sugeriu recentemente o vice-presidente da República, o companheiro Michel Temer. É responsabilidade do PMDB conduzir esse processo, porque nossas bancadas têm o dever de retribuir o respaldo que a sociedade brasileira conferiu a cada deputado e senador peemedebista que soma a maioria no Congresso Nacional.

O PMDB saiu mais uma vez fortalecido num processo eleitoral em todo o país. Nada mais natural para um partido cujos ideais democráticos são inerentes a sua existência. Em Santa Catarina, esta eleição me conferiu pela segunda vez consecutiva a condição de ser o deputado mais votado do PMDB. É sim uma importante conquista que muito me orgulha. Entretanto, o nosso compromisso com a sociedade e com os municípios catarinenses é muito maior do que uma conquista individual.

Reeleger o governador Raimundo Colombo e o nosso vice-governador Eduardo Moreira em primeiro turno, conquistar com Dário Berger a vaga no senado, ultrapassar a marca de 750 mil votos elegendo cinco deputados federais e eleger uma bancada de dez deputados estaduais foi mais do que consolidar a participação responsável e leal no

governo do estado. Foi mais uma eleição que mostrou que o PMDB é o partido que está perto das pessoas e que faz bem para Santa Catarina. A militância peemedebista está preparada e já está consolidada a futura missão em 2016 nos municípios catarinenses e, em 2018, no estado de Santa Catarina e também no país”.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Valdir Cobalchini, que falou em nome do PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até oito minutos, deputado decano desta Casa que decidiu não sair candidato à reeleição. Portanto, a partir do dia 1º de fevereiro, v.exa. fará falta, com certeza, nesta tribuna e nesta Casa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com a sua benevolência, espero que Deus me dê permissão para que eu continue participando, não ativamente como parlamentar, da vida deste Parlamento, porque nos meus 24 anos de Parlamento aprendi um pouquinho, porque nesta Casa aprende-se todos os dias.

Vocês, catarinenses, que nos estão escutando e assistindo, entendam que neste Parlamento ninguém é doutor, ninguém é professor, aqui somos todos aprendizes, estamos sempre aprendendo. E esse aprendizado procuramos aplicar em nossa vida político-partidária em benefício do desenvolvimento do nosso estado.

Por isso, sr. presidente, v.exa. tem razão quando menciona que estamos deixando o Parlamento. Decidimos, atendendo, principalmente, a um pedido da nossa família, permanecer um pouco em casa nos fins de semana, o que não ocorreu nesses 24 anos.

Nós, como parlamentares, procuramos atender a nossa região de quinta-feira à tarde até domingo à noite. São os dias que temos, como todo deputado tem, para visitar as bases. E alguém me dizia, traçando um parêntesis: “Ah, deputado, o senhor

vai em festa de igreja!" É óbvio! Eu vou à festa da igreja evangélica, da igreja católica, a todas as igrejas cristãs. Eu vou para valorizar também essas religiões que mantêm a crença ainda do nosso povo para o bem e o bom mandamento da sociedade. Por isso, usamos os fins de semana em todos os eventos.

Nós participamos de leilões, de exposições, de rodeios, de festas de comunidades e em todas essas ocasiões, como todos os srs. deputados, voltamos com o bolso cheio de anotações, pois encontramos muitos problemas que são de competência do parlamentar orientar, para desvendar, para auxiliar aqui na capital. É este o nosso papel.

Nós não vamos lá para comer churrasco e tomar uma cerveja ou um guaraná. Nós vamos lá para participar com a sociedade daquele evento comunitário, daquele evento público, daquele evento que gera, muitas vezes, riquezas ao município, a exemplo das feiras e dos leilões que participamos nos fins de semana, onde fazemos altos negócios na área do agronegócio, principalmente.

O deputado Moacir Sopelsa, que é da nossa região, tanto quanto o deputado Valdir Cobalchini, sabe que temos em nossa região, periodicamente, os leilões no agronegócio, que são os leilões de gado em geral, leilões de fêmea, leilões de machos reprodutores, leilões de equinos, de ovinos, de caprinos. Tudo isso são eventos que ocorrem em fins de semana, sábados e domingos.

E nós, como parlamentares, participamos com a sociedade da nossa região, e temos a obrigação de participar. Aliás, aqui traço um parêntese que a nossa região hoje mantém uma genética apurada, que poucos estados têm. Santa Catarina, que usa 1% do território nacional, mantém uma área pequena na produtividade, na produção do gado do corte, mas temos uma bacia leiteira invejável, que é uma das maiores do Brasil. Nós temos a genética tanto em leite como em corte, que hoje está exportando embrião, sêmen para outros estados e até para outros países da América do sul, da genética que apuramos em Santa Catarina.

Temos cabanhas, a exemplo de Caçador, de Água Doce, de Joaçaba, Campos Novos e tantos outros municípios cabaneiros assíduos com tecnologia moderna, com altas técnicas nas pastagens através dos nossos técnicos agrícolas e zootecnistas, onde criam-se variedades de alimentação do gado com consorciação de leguminosas, de pastagens cada vez objetivando mais o desempenho tanto das vacas leiteiras quanto no ganho de peso do gado de corte, por isso eu me orgulho muito quando consigo participar desses eventos, quando participamos também dos dias de campo das cooperativas.

Hoje, Santa Catarina é campeã na área do cooperativismo. Temos um cooperativismo, cujos filiados da federação das cooperativas e das organizações das cooperativas de Santa Catarina, a Ocesc e a Fecoagro, mantém essa orientação, essa informação e a divulgação das nossas cooperativas catarinenses.

Hoje, inclusive, estamos com uma missão, organizada pela Ocesc, no México, visitando fazendas, suinocultores com genéticas apuradas e também buscando lá o que, talvez, não tenhamos aqui, e levando também as informações de Santa Catarina para aquele país que também é um produtor.

O mais importante é que essas missões das cooperativas de Santa Catarina visam integrar o nosso estado com o resto do mundo, principalmente àqueles países que ainda são nossos clientes, nossos compradores, são consumidores do produto catarinense, como a carne suína e a carne de frango.

Por isso, uso essa tribuna de hoje para cumprimentar todo o setor cooperativista, todos os cooperativados, todos aqueles que fazem parte dessa cadeia importante produtiva, tanto nas cooperativas dos agronegócios quanto as de crédito. Aliás, a maior cooperativa, hoje, em Santa Catarina, é de crédito. Cooperativa de Crédito de Transportes, Educação, Saúde. Hoje o setor cooperativa em Santa Catarina é exemplo para o Brasil e para muitos países do mundo, pois

alguns tivemos a oportunidade de visitar e não deixamos nada a desejar, aliás, fomos aprender e deixamos lá uma série de informações que eles não tinham.

Sr. presidente, quero, mais uma vez, desta tribuna, cumprimentar o Parlamento Catarinense, àqueles parlamentares que fazem parte da Frente Parlamentar do Cooperativismo, tendo na Presidência o deputado Moacir Sopelsa, e este deputado na vice-presidência. Vamos continuar ainda a luta para o engrandecimento do setor cooperativo, do setor cooperativista em Santa Catarina. Entendemos, realmente, que o futuro do nosso estado passa por essa brilhante agremiação que são as cooperativas catarinenses em todos os setores, em todas as profissões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Kennedy Nunes.

Com grande alegria e com muito respeito saúdo todos os senhores, as senhoras, os deputados, as deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, desejo, neste tempo do meu partido, o PSD, falar rapidamente a respeito de um assunto que tratei com o governador João Raimundo Colombo, no dia de ontem, no Centro Administrativo, que se refere à criação da Região Metropolitana da Grande Joinville, Araquari e municípios vizinhos.

Certamente, há um desejo também de se criar a Região Metropolitana, deputada Luciane Carminatti, e v.exa. representa muito bem, diga-se de passagem, a capital do oeste, Chapecó, que precisa ser regulamentada, porque, neste ano regulamentamos a Região Metropolitana da Grande

Florianópolis. E nós criamos, no ano de 2010 e 2011 as regiões metropolitanas, mas precisamos regulamentar as demais.

E eu entrei com um projeto de minha autoria, que tramita nesta Casa, tratando da regulamentação da Região Metropolitana da Grande Joinville, e com a criação da Superintendência da Região Metropolitana de Joinville, deputado Reno Caramori. E eu falava com o governador, ontem, sobre a necessidade de criarmos a Região Metropolitana da Grande Joinville por vários motivos.

Associada à Região Metropolitana vamos criar também a superintendência da Região Metropolitana de Joinville, a exemplo do que fizemos aqui na Grande Florianópolis. E, deputado Dirceu Dresch, esses três cargos da superintendência podem ser realocados nas secretarias regionais para não onerar o caixa do governo do estado, essa é a minha sugestão.

Com essa providência, temos algumas vantagens. A primeira, sr. presidente, diz respeito a alguns programas gestados pelo governo federal, especificamente para serem aplicados em regiões metropolitanas, e, se não as temos, perdemos esses programas do governo federal. Portanto, sem a Região Metropolitana, perdemos recursos federais, investimentos, novos projetos, o que é muito ruim para o estado de Santa Catarina.

Em segundo lugar, quando criamos a Região Metropolitana, passamos, sr. presidente, a pensar e, sobretudo, a planejar o desenvolvimento, que queremos que seja sustentável, da nossa cidade polo, como no caso de Joinville e dos municípios vizinhos, das áreas de expansão, de forma organizada, de forma planejada, de forma articulada, pensando para os próximos 10, 20, 30, 40, 50 anos, que é o que, efetivamente, o gestor público tem que fazer. Quando se trata de saúde, deputado Reno Caramori, de coleta e tratamento de lixo, de saneamento básico, de abastecimento de água, de transporte coletivo, sobretudo, temos que pensar regionalmente.

Porque as cidades de Joinville estão praticamente, na sua grande maioria, conurbadas, deputado Valdir Cobalchini, v.exa. que andou muito por lá e ajudou muito a nossa cidade, a nossa região, e que por isso fez muitos votos por lá, sabe disso.

Então, a nossa região é uma região conurbada, mas, de fato, já existe a Região Metropolitana de Joinville. E, por muitos anos, esse assunto não tramitou aqui na Assembleia, deputado Reno Caramori, porque nos últimos 12 anos houve uma confusão no que diz respeito às tarefas, aos objetivos da Região Metropolitana com os objetivos das secretarias regionais, pois sabemos que as atividades são diferentes.

As SDRs executam as políticas públicas do governo do estado, elas são uma extensão da Administração Central do governo do estado, e as Regiões Metropolitanas não, elas têm os seus conselhos, definem metas, tarefas, diretrizes, ou seja, interagem com a comunidade, com as forças vivas e por meio de seus técnicos traçam metas e diretrizes para que tenhamos um crescimento planejado e sustentável nas nossas regiões de Santa Catarina. Isso é fundamental!

Portanto, tratei com o governador da criação da Região Metropolitana da Grande Joinville. O governador já determinou que o secretário Nelson Antônio Serpa tome as providências e mande para esta Casa um novo projeto de lei para que possamos aprovar em Joinville, a exemplo do que foi aprovada a Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

Deputado Reno Caramori, quando pensamos em planejamento logo imaginamos viadutos, avenidas, pontes, passarelas, ou seja, um planejamento físico, deputado Kennedy Nunes. Muito bem, essa é uma vertente importante, diria, principal, que Curitiba fez muito bem nas últimas três décadas com o grande urbanista mundialmente conhecido, Jaime Lerner. Mas Curitiba, hoje, deputado Kennedy Nunes, é uma das capitais mais violentas do Brasil, por que isso? Porque não fez corretamente o seu planejamento, porque fez o planejamento da

parte física, mas não fez o planejamento da parte social, da preocupação das pessoas, da cidadania, da qualidade de vida.

Então, o planejamento tem duas vertentes: a física e a social. E é isso que queremos para a Grande Florianópolis, para a Grande Joinville, para Grande Chapecó, para a Grande Blumenau, para a Grande Lages, para a Grande Criciúma e assim por diante.

Nós queremos um planejamento completo que pense no físico, que pense no social, porque nos últimos anos as nossas cidades cresceram assustadoramente. Santa Catarina, o Brasil e o mundo têm extremas dificuldades de mobilidade, deputado Valdir Cobalchini, v.exa. que foi secretário de Infraestrutura sabe disso. Você vai ao final do dia em Tóquio o trânsito está parado; em Moscou, está parado; em Nova York, está parado; da mesma forma, em Joinville, Florianópolis, Criciúma, por quê? Porque nós não pensamos em planejamento.

Deputado Reno Caramori, o Estatuto das Cidades, deputado Dirceu Dresch, foi aprovado em 2001 e até o ano de 2001, pois até essa data não tínhamos uma lei que regresse o crescimento das cidades. Não havia uma preocupação efetiva de impacto com vizinhança, enfim. Nós aprovamos o Estatuto das Cidades que pensou no crescimento das cidades, que pensou no planejamento das cidades, que é necessário, premente a partir de 2001, deputado Aldo Schneider. Por isso que o Brasil cresceu muito, mas cresceu, infelizmente, vergonhosamente desordenado, de forma desorganizada. Então, faço aqui esta observação.

Deputado Antônio Aguiar, Canoinhas ainda não está com problemas de mobilidade urbana porque é uma cidade do interior que está crescendo muito, mas queremos que Canoinhas também, assim como Mafra e os demais municípios, possam ter um crescimento sustentável.

Então, tratei desse assunto com o governador, que é simpático a essa ideia. Deputado Reno Caramori, v.exa. não tem ideia, que é o mais experiente aqui no Parlamento Catarinense, do

interesse das pessoas da sociedade como um todo, não somente da classe política nem da classe empresarial, mas das entidades governamentais, no que diz respeito à criação da Região Metropolitana. Eu e o deputado Silvio Dreveck passamos pelas cidades, que v.exa. representa legitimamente no planalto, e pudemos ver que estão contempladas como municípios de expansão. Esse é o termo técnico.

O prefeito do município de Ibicaré, deputado Moacir Sopelsa, veio aqui para pedir sua inclusão na Região Metropolitana de lá. Eu perguntei ao prefeito o porque da pressa. Ele respondeu que se não o fizer, vão perder recursos. Eu até não entendi o que ele queria dizer. Mas vejam a preocupação do prefeito de Ibicaré. E claro que vamos incluir.

Então, além de conseguirmos buscar mais recursos com a regulamentação das regiões metropolitanas de Santa Catarina, vamos passar a nos preocupar um pouco mais com o planejamento do crescimento do estado de Santa Catarina. De nada adianta sermos a cidade que mais cresce no Brasil se não crescermos com qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, eu queria elogiar a Polícia Civil e Militar do município de Canoinhas, pela intervenção, neste final de semana, mais precisamente no sábado, quando uma quadrilha tentou arrombar um caixa eletrônico na cidade de Três Barras. Eles eram nove bandidos que, na oportunidade, foram recebidos pelos policiais, vindo a morrer três e seis presos.

Portanto, foi uma ação eficiente das policias do município de Canoinhas. Queremos parabenizar o delegado Wagner que comandou a operação, juntamente com o comandante da Polícia Militar,

Mário Erzinger, que realizaram com maestria essa grande operação, fazendo com que a ordem fosse restabelecida. Parabéns a nossa polícia da região.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria de usar este expediente para convidar os nossos colegas parlamentares, que estão em seus gabinetes, para comparecerem ao Plenário, haja vista que dentro de alguns minutos haveremos de começar a votar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Convido os deputados a comparecerem ao Plenário para que possamos ter quorum qualificado para a votação dos vetos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero saudar o sr. Rubens, a sra. Zenilde e toda a sua equipe que vem para o lançamento do livros, às 17h.

Quero cumprimentar o sr. Orlando Francisco de Oliveira e a dona Marli, com quem estive há pouco acompanhando uma audiência na Justiça Federal em busca do seu direito à aposentadoria. A dona Marli de Oliveira é uma senhora de 68 anos, que contribui com o INSS há nove anos e que agora está de atestado médico por questões de saúde. De atestado em atestado, foi ficando na perícia, e já está encostada por alguns anos, mas o que precisa mesmo é buscar a sua aposentadoria. Certamente a aposentadoria de uma pessoa talvez seja o melhor tipo de propriedade que alguém possa ter. Qualquer cidadão, mesmo que tenha um imóvel e tal, precisa ter a aposentadoria. Com esse recurso manterá suas necessidades básicas e sociais.

A aposentadoria hoje é a melhor propriedade que alguém pode ter. Quando se discute a questão do direito à aposentadoria, vem a ideia de que apenas tem direito de se aposentar as pessoas que pagam o INSS, e realmente a cobrança do INSS é para a aposentadoria de alguém. Mas, aí eu pergunto: Será que alguém que nunca contribuiu para o INSS aos 60, 65 anos teria direito à aposentadoria? Imaginem v.exas. que um pedreiro, um eletricista, um encanador requeira sua aposentadoria sem nunca ter pagado o INSS. Será que ele tem o direito, será que ele vai conseguir a aposentadoria se nunca contribuiu com o INSS? Pois é!

V.Exas sabem que para se obter o habite-se de uma casa, de um prédio, é necessário que seja pago o INSS da mão de obra da construção do imóvel. Então, o pedreiro daquela casa não é frio, é quente. O dono do imóvel pagou, mês a mês, o pedreiro para construir sua casa. Embora não tenha pago o INSS da carteira, ao final o dono do imóvel foi obrigado a pagar.

E o mesmo aconteceu com o encanador. Qual é o encanador que tira nota e depois desconta o INSS? V.Exas. conhecem algum? V.Exas. conhecem algum carpinteiro que faça isso? O comum é que toda essa mão de obra paralela e até aquela principal que faz a construção, na maioria, não desconte o INSS. E aí vem a questão. Na hora em que o dono da casa vai tirar o habite-se, ele paga o INSS de todos, do eletricista, do marceneiro, do encanador. Então, esses cidadãos também têm direito à aposentadoria.

Diga-se, ainda, que 60% dos recursos, hoje, para pagar a aposentadoria das pessoas que estão aposentadas, não vêm da contribuição daqueles que pagam INSS. Sessenta por cento vem da contribuição social sobre o lucro da empresa, da arrecadação do Tesouro Nacional, e que é colocado lá na previdência para fechar a conta, tanto é que todos nós estamos de cabelos brancos de ouvir que a conta do INSS não fecha e não vai fechar nunca. Justamente porque se cobra o INSS sobre qualquer

tipo de mão de obra e não somente daqueles que são oficialmente registrados.

Mas eu estou contando isso ao cumprimentar a dona Marli Garcia de Oliveira e seu Orlando que representam uma imensidão de pessoas em Santa Catarina que, na minha opinião e na opinião do Brasil inteiro, uma pessoa com mais de 65 anos tem direito, sim, ao INSS. O feijão, o arroz, a carne, a cerveja, qualquer coisa que uma pessoa compre tem o INSS de quem produziu aquela mercadoria. Então, a pessoa que consumiu aquele produto passa a ter um direito solidário de também usufruir da aposentadoria. Por isso, quando fui deputado federal apresentei um projeto de lei assegurando que qualquer pessoa acima de 65 anos passa ter o direito, pelo menos, de um salário mínimo por mês, por conta da contribuição previdenciária que todos os meses, que todos os dias, está embutida nos preços dos produtos que cada um de nós consome. Por isso, então, que a cumprimentar a dona Marli quero cumprimentar os inúmeros catarinenses que estão à margem desse direito, mas que todos nós, parlamentares, precisamos encontrar uma forma de fazer chegar a todos os catarinenses esse direito tão importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Gostaria de registrar a presença de um grupo de Concórdia, da Instituição Cidade Nova Esperança, que estão aqui para o lançamento da autobiografia do irmão Luciano e também para os 15 anos da instituição que presta serviços sociais.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência saúda a todos também.

Passaremos à Ordem do Dia.

Ainda não temos quórum suficiente para deliberar sobre os vetos. Conclamamos todos os parlamentares que estão nos seus gabinetes para que compareçam ao Plenário para deliberarmos sobre os vetos, conforme o acordo das lideranças que fizemos na semana passada.

Discussão e votação em turno do único do Projeto de Lei n. 0257/2014, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a abstenção do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão de v.exa., queria fazer um apelo aos deputados que estão nos gabinetes - pois vejo aqui que do PSD estamos somente eu e o deputado Gelson Merisio -, para virem ao Plenário para que possamos cumprir o acordo e votar os vetos que estão em pauta na sessão de hoje, sr. presidente.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, há pouco eu fiz aqui um apelo aos nossos colegas parlamentares, senhoras e senhores

deputados, até porque esta data de hoje já está agendada há uma semana. Todos os nossos colegas deputados sabem perfeitamente que, neste momento, iremos deliberar sobre os vetos.

Então, novamente, apelo aos nossos colegas que estão em seus gabinetes que desçam até o Plenário para iniciarmos os trabalhos, no que tange a análise de vetos governamentais e parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Já temos 21 votos no plenário, vamos iniciar a discussão e votação dos vetos que estão na pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0684/2012, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0108/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a criação do Programa para Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, esse projeto de lei dispõe sobre a criação de Programa para Formação Profissional da Pessoa com Deficiência Intelectual e adota outras providências. Nós até temos algumas programas voltados para pessoas com deficiência física e não para deficiência intelectual.

E esse projeto de lei permite a criação desse referido programa, que consiste na realização de cursos e de diversas ações que possam ser feitas. Trata-se de um projeto de lei que, num primeiro momento, não cria despesas, porque apenas permite a realização desse tipo de programa, que é voltado para a inclusão social.

Então, sr. presidente, gostaria de pedir aos srs. deputados a derrubada do veto do governador e a aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com todo respeito ao deputado Neodi Saretta, entendemos que é meritória a sua preocupação e a sua posição com relação ao projeto, mas, infelizmente, tenho que me ater aqui à Constituição Federal e, logicamente, solicito aos nossos pares que seja vetado o referido projeto de autoria do deputado Neodi Saretta, pois fere o princípio da separação dos Poderes ao criar atribuições e despesas ao estado, invadindo competência do governador.

O veto é pela inconstitucionalidade, embora entenda que é meritório, interessante, importante, mas, neste momento, peço a manutenção do veto, sr. presidente. E é a orientação da base do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim

DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim", 12 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0777/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0352/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica informarem sobre o ressarcimento de bens danificados por falha no fornecimento de energia elétrica.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, na verdade o direito do consumidor de ser ressarcido já está na lei, inclusive no Código de Defesa do Consumidor.

O que estamos prevendo no projeto não é o ressarcimento, porque ele já existe como eu já disse, mas é o direito à informação.

Portanto, as concessionárias no caso de energia elétrica devem fazer constar na fatura a informação: "É direito do consumidor ser ressarcido por eventuais prejuízos ou danos causados por falha no fornecimento de energia. Em caso de problemas de energia elétrica, ligue para a sua concessionária."

Ou seja, é esta a informação que queremos que conste na fatura.

Portanto é uma informação que não cria despesa e é importante para o consumidor. Peço a derrubada do veto, votando não, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu tenho por hábito, até pela questão de que acho que somos Poderes independentes e concorrentes, tenho por hábito votar contra o veto, principalmente quando são trabalhos produzidos pelos deputados.

Eu faço parte da base do governo e sempre votei contra o veto. Muitas vezes o governador em virtude do problema que é governar o estado, muitas vezes não sabe, passa.

E por algumas vezes eu já discuti esse tema, de veto e se observarmos tem um ctrl C e um ctrl

V, copia e cola, nas mensagens de veto e nas justificativas de veto.

Deputado Reno Caramori e deputado Antônio Aguiar, qual é a despesa que poderia gerar às empresas que fornecem energia elétrica, e que ganham muito dinheiro, deputado Moacir Sopelsa?

Qual é a despesa ou ilegalidade em eles digitarem na conta da energia elétrica, deputado Valdir Cobalchini, que o consumidor, o cliente dele, tem direito a ser ressarcido no caso de queda de energia ou quando tem equipamento queimado? Diga-me qual é o erro?

Qual é a despesa adicionada em caracteres? Não é o direito de ser ressarcido, porque isso já está garantido no Código do Consumidor, mas, sim, o direito à informação, sr. presidente. O que o deputado Neodi Saretta está querendo é que na conta de fatura da Celesc, assim como vem, às vezes, escrito que o PIS, o Pasep, o Cosip etc., basta colocar que o consumidor tem direito a ser ressarcido quando algum equipamento é queimado por falta de energia elétrica.

E escutem! Vamos valorizar o nosso trabalho produzido nesta Casa Legislativa para manter o nosso desempenho, porque se não vamos virar cartório de homologação do Executivo. Vamos fazer só aquilo que o Executivo quer.

Eu não estou criticando este ou aquele governo, eu estou falando é de Poder. Nós somos um Poder independente e concorrente, isso é produção parlamentar. Essa matéria já passou nas comissões técnicas, foi discutido na comissão de Constituição e Justiça, também na comissão que diz respeito ao assunto, a matéria foi aprovada pela Casa. E agora porque um burocrata, alguém do governo acha que escrever na conta de energia elétrica que o consumidor, deputada Ada Faraco De Luca, tem direito a ser ressarcido quando algum equipamento é queimado por falta de energia, aí é inconstitucional?

Por isso, peço vênua aos nobres deputados para que se possa verificar que existem coisas que realmente estão muito esclarecidas e que geram despesas, que é intromissão ao Poder Executivo. E

aí isso já deveria ter caído lá na comissão de Constituição e Justiça, deputado Silvio Dreveck, não deveria nem ter vida própria, por isso, tem uma resolução da Casa que deixa isso bem claro.

Agora, neste projeto qual é o problema de estar escrito nas contas de energia elétrica o direito do consumidor em ser ressarcido em caso de queda de energia causando equipamentos queimados, deputado Edison Andrino?

Novamente, peço vênua aos srs. deputados para que se possa derrubar esse veto para valorizar o trabalho dos parlamentares desta Casa, ou então nós deputados que temos mandato, que temos voto, que estamos aqui legitimamente vamos ser cortados por gente, por advogados que estão atrás de mesas, que têm, sim, a sua visão, mas que muitas vezes sua visão está completamente errada. Porque no direito tudo tem visão, tudo pode e, por isso, peço para derrubar esse veto em respeito ao nosso trabalho parlamentar.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero cumprimentar o eminente deputado Neodi Saretta, também o deputado Kennedy Nunes, pela sua extraordinária oratória. Compreendo e entendo perfeitamente que estamos em Poderes distintos, o Poder Executivo tem a sua missão, o Poder Legislativo também tem a sua missão, só que nós que fizemos pelo menos parte da base de apoio, e me compete na condição de líder, não discutir efetivamente o voto do senhor ou da senhora parlamentar, me cabe dizer que esse projeto de lei dentro do princípio da constitucionalidade estudado pela Procuradoria Geral do Estado e pelos técnicos do governo, neste momento, infelizmente tenho que discordar do meu colega e amigo deputado Kennedy Nunes e o motivo do veto é pela inconstitucionalidade na medida em que a política

de concessão de exploração de energia elétrica é de competência privativa da União.

E é somente a união que pode legislar nessa matéria, conforme o art. 21, inciso XII, letra b, da Constituição Federal.

Então, sr. presidente, quanto ao fato da opinião divergente dos colegas parlamentares eu compreendo e entendo perfeitamente, apenas, na condição de líder, peço a manutenção do veto, até por entender que a Casa Civil e a Procuradoria-Geral do Estado, evidentemente, têm profissionais qualificados para nos dizer se é ou não constitucional o projeto.

Era isto que eu tinha a dizer, sr. presidente. Ou seja, voto um.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria apenas fazer um contraponto ao que mencionou o líder do governo de dizer que não estamos legislando aqui sobre o setor elétrico do país. Estamos pedindo um apontamento para que o consumidor, e aí talvez pudéssemos até discutir que estamos colaborando no campo do direito do consumidor, para que seja esclarecido um direito que já tem! Então, não estamos legislando nem sobre o direito do consumidor e menos ainda sobre o setor elétrico.

Compreendo o papel do líder do governo, mas o papel deste Parlamento é também fazer um filtro. Muitas vezes eu voto a favor do veto porque há óbices definitivos constitucionais, mas não é o caso deste, não estamos legislando sobre energia elétrica, estamos fazendo um alerta sobre um direito que já existe.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, evidentemente que nos cabe respeitar opiniões divergentes, mas quero deixar claro aqui que os srs. deputados e as sras. deputadas devem exercer o direito do voto e votar da forma que como entendam mais correto. Eu tenho que fazer a minha parte, o governo, a PGE fez a sua parte, mas o Parlamento é soberano! Ora, o governador não tem senha para votar aqui, o vice-governador também não.

Então, os srs. deputados que entenderem que este projeto pode derrubar o veto, estão liberados. Temos que fazer o nosso papel, que é o papel pela inconstitucionalidade do fato.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu voto com o líder da Oposição, deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI		sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO		
DEPUTADO GELSON	MERÍSIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL		
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		
DEPUTADO JAILSON LIMA		não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER		não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI		
DEPUTADO KENNEDY NUNES		não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		não
DEPUTADO MANOEL MOTA		sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA		
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK		
DEPUTADO MAURO DE NADAL		não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA		sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		
DEPUTADO NEODI SARETTA		não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		não
DEPUTADO RENATO HINNIG		
DEPUTADO RENO CARAMORI		sim
DEPUTADO ROMILDO TITON		
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES		não
DEPUTADO SERAFIM VENZON		sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK		sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		

Votaram 28 srs. parlamentares.

Temos 16 votos "sim" e 12 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0079/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0171/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que acrescenta item à seção II - lista de Mercadorias de Consumo Popular, do Anexo Único da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e da comunicação - ICMS - e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o autor, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente, esse projeto, srs. deputados e sras deputadas, tramita aqui nesta Casa desde 2012, e procurei, de muitas formas, deputado Reno Caramori, construir um consenso com o governo do estado.

Entendo que esse projeto vem ao encontro, principalmente, da nossa pequena indústria, pois o projeto pede que sejam incluídas na cesta básica alguns produtos embutidos derivados da carne suína, como a linguiça frescal, a linguiçinha, a morcilha e o queijo de porco.

Se formos aos supermercados veremos que esses produtos estão na maioria das cestas. Eu procurei informações durante a elaboração desse projeto e busquei apoio das pequenas indústrias para construirmos a possibilidade de diminuir, deputado Antônio Aguiar, o custo desse produto através do ICM na cesta básica, principalmente às pessoas que tem menos poder aquisitivo.

Entendo, deputado Aldo Schneider, que estamos mexendo numa legislação que cabe ao governo do estado, mas também quero fazer das palavras do deputado Kennedy Nunes parte das minhas. Ficamos restritos em dizer aqui apenas "sim" ou "não". Por isso, acho que esse projeto não vai diminuir a receita do estado porque ele vai ter compensação, pois vamos aumentar o consumo. Isso aconteceu quando se colocou na cesta básica produtos como o leite Longa Vida, o queijo mussarela, o queijo prato, que tiveram os seus impostos regulamentados pela cesta básica, ou seja, em vez de 17% ou 14%, apenas 7%.

Por isso, peço aos srs. deputados e as sras. deputadas que possamos derrubar esse veto.

Não há nenhuma dúvida de que o governo vai buscar a possibilidade de argumentar a

inconstitucionalidade, mas devemos construir, pelo menos, a possibilidade de atender as nossas pequenas agroindústria que, na sua grande maioria, têm dificuldades para permanecer atuantes e no mercado devido à alta carga tributária.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHENEIDER - Eu gostaria de fazer aqui uma homenagem justa ao eminente deputado Moacir Sopelsa, pelo hercúleo trabalho que ele fez junto as pequenas indústrias catarinense de embutidos. Eu sou uma prova viva de quantas vezes estivemos na secretaria de estado da Fazenda tentando buscar uma isenção por parte do estado com relação a esses produtos embutidos. Infelizmente, não tivemos sucesso na nossa empreitada no sentido de convencer os técnicos da Fazenda em aprovar a isenção ou a baixa da alíquota do ICMS.

Então, em função disso, sr. presidente, na condição de líder, evidentemente, eu tenho que pedir pela inconstitucionalidade, pois além de criar isenção de impostos, renúncia fiscal, sem apontar a estimativa do impacto financeiro do projeto. E o projeto invade do campo Legislativo para o Poder Executivo e interfere diretamente na administração pública, ofício que só cabe ao chefe do Executivo.

Ressalta o governador ainda que o projeto de lei é contrário ao interesse publico, pois a renúncia de receita gera complicação financeira ao estado e também à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu quero aqui ratificar o trabalho incansável do deputado Sopelsa, mas infelizmente não conseguimos êxito por parte da secretaria de estado da Fazenda. Por isso, peço pela manutenção do veto, voto 2, srs. deputados e sras. deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Romildo Titon) -

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não

DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulta se todos os srs. deputados exerceram o direito de voto.

Encerrada a votação.

Votaram 29 srs. parlamentares.

Temos 12 votos "sim", 17 votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Isso tudo que eu ainda ajudei o nosso colega Moacir Sopelsa pelo trabalho incansável dele pedindo voto 2 ao invés de pedir voto 1.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0897/2013, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0344/2012, de autoria dos deputados José Nei Ascari e Carlos Chiodini, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O governo entende de que esse projeto de lei pode ficar liberado para os srs. deputados. Se quiserem derrubar o veto, não há problema.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de fazer uma observação.

Deputado Aldo Schneider, líder do governo, na verdade o veto é parcial. E parece que mesmo com o veto parcial a essência do projeto fica mantida e me parece que cumpre os objetivos, em grande parte, do mérito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Informamos que o veto é parcial, apenas dois artigos foram vetados.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	

DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 3 votos "sim" e 25 votos "não".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.183/2013, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de sete anos e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Consulto se todos os sr. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 10 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.314/2014, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0415/2013, do governador do estado, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2014.

Acompanham esse processo os volumes I e II do projeto de Lei n. 415/2013. Os demais estão disponíveis para consulta na Coordenadoria de Expediente.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Recomendamos, sr. presidente, o veto por haver incompatibilidade com o PPA 2012/2015, tendo em vista que as subações apresentadas pelas emendas aprovadas pela Alesc, integrantes do anexo I não constam no PPA.

O veto tem amparo legal na Constituição Estadual no art. 122, § 4º, inciso I.

Voto 1, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Esta encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 24 sr. deputados.

Temos 22 votos "sim" e 2 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único a Mensagem n. 1.340/2014, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 0042/2013, de autoria governamental, que altera a Lei n. 6.153, de 1982, e a Lei Complementar n. 318, de 2006, e estabelece outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - O veto parcial recai sobre o art. 4º, do presente do projeto de lei, que altera o § 11º, do art. 3º, da Lei n. 318.

A redação proposta altera critério atualmente vigente prevendo a adoção da antiguidade, resultando na classificação do respectivo curso de formação invés da antiguidade decorrente da última promoção. Tal disposição por mudar a regra, quanto a contagem de antiguidade, poderá trazer prejuízo aos militares estaduais quanto ao momento do ingresso no quadro dos praças policiais militares e no quadro dos praças bombeiros militares.

Diante dessa situação, sr. presidente, eu indico o voto 1, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, e os que votarem "não", derrubam-no.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	abs
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Pergunto se algum dos srs. deputados deixaram de exercer o seu direito de voto.

(Pausa)

Encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim", 7 "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único a Mensagem n. 1.342/2014, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de lei n. 0504/2013, de autoria

governamental, que institui o Programa de Redução de Despesas Correntes, Incremento da Arrecadação Previdenciária e Incremento Efetivo da Cobrança da Dívida Ativa (PRÓ-EFICIÊNCIA) na Secretaria de Estado da Administração (SEA), no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) e na Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e estabelece outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Aldo Schneider.

Em discussão.

(Pausa)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, o governo entendeu que houve um pequeno equívoco em termos de redação. A partir do sancionamento da lei identificou-se essa incorreção. Então, estamos impondo o veto ao dispositivo no inciso III do art. 2º, oriundo de emendas de origens parlamentares as quais resultem aumento de despesa em projeto de iniciativa exclusiva do governador do estado incidido em vício de inconstitucionalidade por ofensa às normas do art. 50, § 2º, inciso IV, combinado com o art. 52, inciso I da Constituição Federal. Destaca-se o veto ao Inciso III do art. 2º uma vez que concede benefício de cunho estatutário a empregados públicos de regime celetista.

Então, foi aprovado para os estatutários e esses artigos que acabei de ler dessa lei também estavam ampliando o benefício para os empregados celetistas. Por isso o governo está vetando esse artigo da lei.

Indico o voto 1, pela manutenção do veto.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, estou pedindo ao líder do governo que detalhe quais são as categorias porque várias dessas emendas que o deputado Aldo Schneider fez como líder do governo foram fruto de uma negociação longa aqui na Assembleia Legislativa. Então, apenas quero ter certeza de que não se trata de uma daquelas que foram fruto de negociação.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Não! Apenas funcionários empregados em regime celetista estão sendo excluídos, até porque o próprio regime estatutário não permite o recebimento da Pró-Eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim", 9 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.369/2014, que concede veto total ao Projeto de Lei n. 0103/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a suspensão da eficácia da inscrição do Cadastro dos Contribuintes do ICMS do estabelecimento que praticar os atos que especifica no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero fazer apenas um registro e uma solicitação. Nós criamos, nesta Casa, a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Têxtil e recentemente tivemos uma conversa com o secretário Gavazzoni, com representantes da Fiesc e do setor têxtil, justamente sobre um projeto de lei, um decreto do executivo que permitia a questão do combate à pirataria neste estado.

Esse projeto de lei foi objeto dessa conversa e aí foi trabalhado o esboço de um projeto que está sendo encaminhado ao governador para que ele possa assinar nesta semana, segundo a informação concedida pelo secretário da Fazenda.

Então, o que eu gostaria de pedir a v.exa. que esse projeto fosse retirado de pauta, aguardando a sanção desse decreto por parte do governador, da minuta que foi mandada para ele, para que possamos depois com base naquilo, que o governador deve assinar esta semana, fazer a votação desse veto.

Então, quero pedir a v.exa. e apoio dos parlamentares no sentido da retirada desse veto da pauta da ordem do dia, sr. presidente.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, diante do trabalho incessante do eminente deputado Jean Kuhlmann com relação a esta matéria, tenho todo conhecimento do trabalho que ele está fazendo junto à secretaria de Estado da Fazenda e ao gabinete do governador. Obviamente, que v.exa. e os líderes entenderem que temos condições de deixarmos para a próxima semana a deliberação desse veto, até porque deve ter, com certeza, novidade por parte do governo do estado de Santa Catarina em relação a esse decreto que o governador deverá estar assinando ainda esta semana ou no início da semana que vem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, estou há quatro anos trabalhando, insistentemente, nessa proposta. Essa lei não é de minha lavratura. Esse projeto eu trouxe para cá copiando da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Vários estados do Brasil já aprovaram essa lei.

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. participou já na outra legislatura dessa discussão, junto com outros parlamentares.

Santa Catarina, para se ter uma ideia, somente na questão do cigarro, é o segundo estado maior consumidor de cigarros contrabandeados do Brasil. O primeiro estado é o Paraná e o segundo é o nosso. Quase 40% do cigarro que se consome em Santa Catarina é contrabandeado. O cigarro produzido aqui com todo o controle fitossanitário que tem, e sabemos que esse controle vem crescendo muito, já causa uma série de danos à saúde. Mas esse cigarro legal gera tributos, deputado Jailson Lima. A tributação do maço de cigarros deve estar na casa de mais 70%. Se ele gera problemas para a saúde pública, mas ele também contribui, compensa de certa forma, deputado Antônio Aguiar, porque se arrecada, gera emprego legal, formal. Agora o cigarro contrabandeado, não!

E as roupas? E os DVDs? E os CDs? E as bebidas, que também tem uma boa carga tributária. E o que essa nossa proposta pretende? Autuar a empresa, multar na primeira vez, porque estava vendendo produto pirata. Se for reincidente dobra o valor da multa. Se persistir na pirataria cassa o registro. Agora, não consigo entender por que o governo do estado não quer, deputado Aldo Schneider? V.exa. não participou da negociação. Eu estou há quatro anos insistindo nisso e o governo não quer. Não quer aumentar a receita? Que negócio é esse? Por que essa cobertura para a pirataria? Por que esse corpo mole? Eu não consigo entender. Honestamente, deputado Darci de Matos, v.exa. está nessa luta faz tempo, assim como vários

parlamentares estão. Eu não consigo entender, por que o governo toda semana, todo ano, diz que vai baixar o decreto e não baixa. No dia da posse do presidente Glaucio Corte, da Fiesc, eu estava lá, ainda estava no exercício da presidência da Assembleia, o deputado Reno Caramori também estava, e lá se vão três meses. E foi anunciado que naquela semana o governo ia publicar o decreto. Três meses se passaram. Que o governo é lento nós sabemos. Que o governo demora a decidir sabemos. Agora, demorar tanto assim para arrecadar tributos, para combater pirataria, eu não consigo entender.

Deputado Romildo Titon, a prerrogativa de concordar com a retirada ou não é do autor, não é? Eu concordo com a retirada com a palavra de v.exa. de que na próxima terça-feira esse veto volte se o governo não publicar o decreto. Porque aí eu já quero conclamar todos os deputados que, se o governo não tem coragem de combater a pirataria, se o governo tem compromisso com a pirataria, esta Casa não pode ter. Santa Catarina carece de recurso para investir mais em saúde que não vai bem, em educação, porque o Ideb está caindo, e também em segurança. O governo abre mão de receita. Por quê? Eu não consigo entender. Concordo com a retirada, com a palavra de v.exa., de que se não for assinado o decreto até a próxima terça-feira essa matéria volta, porque há quatro anos o mesmo governo, que é lento barbaridade, deixa sempre para a semana que vem. Eu tenho prazo, o meu mandato termina 31 de janeiro e não quero sair daqui sem ver, pelo menos, deliberado aqui, porque vou sair com a consciência tranquila de que eu tive uma luta de quatro anos para combater a pirataria e aumentar a receita para que o estado possa investir mais.

Com a palavra de v.exa., deputado Romildo Titon, eu concordo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, na verdade não é que o governo é lento, no meu entendimento o governador, Raimundo Colombo é ágil, mas algumas secretarias são lentas e aí, deputado Joares Ponticelli, não posso deixar de mencionar a lentidão da SDS que está tratando desse assunto há quatro anos e nos informou que estava gestando um projeto de lei para combater a pirataria em Santa Catarina e não mandou o projeto para a Assembleia Legislativa.

Agora, pirataria é um ato criminoso e só tem uma solução contra o crime: uma atitude radical. Portanto, esse projeto é procedente. Nós temos debatido e tratado desse assunto na questão da pirataria em Santa Catarina há muitos anos e não estamos avançando.

Então, efetivamente, o referido projeto que significará um golpe fatal na pirataria de Santa Catarina. E por vários motivos, como aqueles que o deputado Joares Ponticelli acabou de colocar. Assim, concordo com a retirada do veto, mas vamos aguardar que nós possamos derrubar o veto e manter esse projeto, que é de fundamental importância para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, evidentemente ficou muito claro aqui nesta tribuna que o deputado Jean Kuhlmann juntamente com o secretário de estado da Fazenda, Sr. Antônio Gavazzoni, vai produzir esse decreto para o sr. governador fazer a sanção do mesmo nesta semana ou no início da próxima semana.

Para nós o que ficou claro aqui foi um acordo de cavalheiros, obviamente se não for cumprida por parte do governo a lavratura desse decreto, voltamos para o projeto e vamos deliberar sobre a questão da pirataria.

Então, gostaria de dizer a v.exa. de que não tenho dúvida nenhuma que o deputado Jean Kuhlmann

fará esse decreto virar verdade até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo concordância por parte do autor, deputado Joares Ponticelli, fica retirado de pauta e determino que seja pautado para a próxima terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.370/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0216/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero chamar a atenção de nossos colegas que esse projeto foi inspirado em um servente de pedreiro. Ele tinha um irmão que precisava de uma doação de um rim e ele não poderia doar porque se o fizesse teria que ficar até sua recuperação parado e a sua família iria sofrer com a sua ausência e a falta de recursos.

Ele é um projeto de âmbito social somente para pessoas de muita baixa renda dentro do que prevê a legislação do estado. Trata-se de um auxílio para os doadores que não tem emprego fixo, porque quem vai receber já tem a seguridade, ele está doente; agora, o doador não.

Então, esse é um projeto que tem um caráter social e que vai permitir que nós, que orgulhosamente somos partes de um estado que é líder no *ranking* de doadores de órgãos no Brasil, possamos dar mais um passo na direção de consolidar a nossa posição.

Mas, acima de tudo, que possamos, também, empenhar a nossa solidariedade.

Então quero pedir aos pares que rejeitem esse veto e que o governo possa, depois, ao aprofundar a sua leitura, aprová-lo. Tenho certeza de que o próprio governador Raimundo Colombo, pela sensibilidade que o caracteriza, vai aprovar esse projeto.

Tenho certeza de que o veto que chegou a esta Casa não passou pelos olhares do sr. governador do estado, porque ele o teria aprovado. Tenho certeza de que esse é um projeto que estabelece melhoria na qualidade de vida das pessoas mais carentes deste estado.

Por isso, fica aqui o meu pedido de apoio importante para que Santa Catarina possa continuar sendo um estado líder na doação de órgãos e também na solidariedade, que é a marca do povo catarinense.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, eu gostaria aqui de fazer uma referência ao excelente projeto concebido pelo deputado José Milton Scheffer.

Só que, infelizmente, estamos vivendo no Brasil e temos uma Carta Magna que supera e dita a normas do que podemos ou não fazer. E a Constituição Federal é clara. Nós não podemos comercializar nenhum tipo de órgãos, nem mesmo para beneficiar pessoas carentes. Qual é o tipo de controle que teremos sobre isso?

Então, o nosso governo do estado, através da Procuradoria-Geral e da assessoria do gabinete do governador, justificou a manutenção do veto da seguinte forma:

(Passa a ler.)

"A concessão do benefício pecuniário na forma proposta no referido projeto de lei, mesmo que maquiado sob o nome de Auxílio Especial,

caracteriza a comercialização da doação de órgãos, que é proibida, constituindo afronta aos arts. 2º e 61, inciso II, alínea e, art. 167, inciso I, e art. 199, todos da Constituição federal.

Ainda o projeto em questão cria programa a ser implementado pelo Poder Executivo, inclusive cria gastos não previstos na lei orçamentária. Assim, não se enquadra nas competências da Assembleia Legislativa a implementação de atribuições ao órgão Executivo."

Quero aqui ressaltar que a ideia é brilhante, extraordinária, mas, infelizmente, somos pautados neste Parlamento também pela constitucionalidade e a Carta Magna é clara. É proibido qualquer tipo de benefício para a doação de órgãos humanos.

Então, voto 1, pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Não é nada relacionada com a comercialização de órgãos. Trata-se de um auxílio para aquela pessoa que é hipossuficiente financeiramente, pobre, que precisa doar um órgão para algum familiar e não tem como se manter. Os órgãos estaduais já deveriam ter um programa como esse, mas não o fazem.

Então, compete a esta Casa corrigir esse erro. Compete a cada um de nós, com a nossa consciência, com o nosso coração, pensarmos nas pessoas que podem ser beneficiadas e ter mais saúde. Os recursos sairão do Fundo Estadual de Saúde. Portanto, já existe. E estamos falando de uma ajuda no valor de um salário mínimo e meio. Isso perante é apenas para que a família do doador possa se manter durante um mês ou dois, enquanto ele está se recuperando da doação que fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito aos srs. parlamentares que permaneçam em Plenário para continuarmos deliberando os vetos e,

se possível, que os srs., parlamentares, no encaminhamento, sejam mais breves.

Nós deliberamos apenas dez vetos em uma hora e temos mais 20 vetos a serem deliberados.

Em votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. presidente, peço vênias a v. exa.

Enquanto votamos esse projeto, se v. exa. me permite, penso que podemos, a partir dos próximos vetos, abrir o painel de votação e os interessados discutindo os seus vetos.

Se demorarmos uma hora para deliberar cada dez mensagens de veto, dificilmente vamos votar hoje mais 20 mensagens. Gostaria que v. exa. consultasse os líderes se esse é o entendimento de todos. Abriríamos o painel eletrônico e iria ocorrendo a votação enquanto iríamos discutindo o encaminhamento do líder do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Se houver concordância das lideranças para esta Presidência não há nenhum problema.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, eu entendo a posição de votar com agilidade, mas em alguns casos é possível e em outros não, porque os argumentos são muito importantes. Por exemplo, se o líder do governo reconhece que o projeto não gera despesa entre outras coisas, isso será importante e fundamental para a decisão do voto. Então, acho que tem que se ver caso a caso em função desses encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo concordância dos srs. líderes, esta Presidência segue o Regimento Interno.

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	não
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

A Presidência consulta se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

O exmo. sr. presidente, deputado Romildo Titon acatou a manifestação da deputada Ana Paula Lima votando contra este projeto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 14 votos "não" e 8 "sim".

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 8 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.371/2014, de autoria do governador do estado, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0055/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui a Política Estadual de Fomento ao Voluntariado.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHENEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o encaminhamento pelo líder do governo.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA não

DEPUTADA ANGELA ALBINO não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim", 7 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.373/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0058/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que estabelece norma suplementar sobre Direito Previdenciário, prevê a possibilidade da realização de Exame Criminológico no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHENEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o encaminhamento pelo líder do governo.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	abs
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim", 6 votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.374/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0011/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistoria e liberação por parte do Corpo de Bombeiros dos estabelecimentos de ensino das redes estadual, municipal e particular do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu quero chamar a atenção deste projeto de lei porque ele foi pensado a partir do incidente que aconteceu naquela boate no Rio Grande do Sul.

Há 1.111 escolas estaduais em Santa Catarina e a comissão de Educação da Assembleia Legislativa visitou em torno de 70 escolas nas diferentes regiões e, a exemplo do que aconteceu no Rio Grande do Sul, guardadas as devidas proporções, nós identificamos, depois de um diagnóstico feito, que as 70 escolas apresentavam inúmeros problemas, desde o de segurança das estruturas físicas, iluminação, ventilação, entre outras, que prejudicam a aprendizagem das nossas crianças.

Qual é a situação que está colocada hoje? O governo tem inaugurado escola, mas depois não é feita a manutenção das mesmas. O que acontece em relação a isso? O Corpo de Bombeiros faz a vistoria, autoriza e nunca mais é feita a fiscalização.

Então, o objetivo do nosso projeto é respeitar a construção que os professores, pais e alunos vêm fazendo no sentido de exigir uma política de manutenção das estruturas escolares. Para isso o nosso projeto de lei prevê o seguinte: que antes do início de cada ano letivo seja feita uma vistoria e liberação, portanto, anual, do Corpo de Bombeiros de cada região. E essa vistoria tem que estar em local visível, o laudo, e acessível à comunidade. Mas quero adiantar que não cabe aqui gerar despesas ou que o Corpo de Bombeiros já execute esse serviço. Basta que verifiquemos como estão as estruturas escolares hoje.

Tenho certeza de que se nós aprovarmos esse projeto de lei ele vai provocar que o estado, independentemente de governo - não estou falando deste governo, pois isso vem acontecendo ao longo da história de Santa Catarina -, que o gestor público tenha uma política permanente de manutenção e de cuidado com as escolas do nosso estado. Eu não quero esperar que aconteça uma tragédia para depois o Corpo de Bombeiros ir lá na

escola verificar por que é que isso não foi prevenido.

Então, quero pedir a rejeição ao veto e dizer que em nada prejudica, apenas facilita a exposição do laudo e constrói uma regularidade.

Então, o meu pedido é pela rejeição do veto, sr. presidente.

O Sr. Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, concordamos com a preocupação da eminente deputada Luciane Carminatti, entendemos que é pertinente, mas a medida viola o disposto do art. 32 da Constituição Estadual, que atribui ao Poder Executivo a competência privativa para dispor sobre a organização e o funcionamento dos seus órgãos. Desta mesma forma, contraria o interesse público, já que a legislação vigente mais abrangente obriga a realização de vistorias em todos os imóveis destinados ao uso da coletividade.

Portanto, sr. presidente, encaminho voto 1, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDOR SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	

DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim", 8 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único Mensagem n. 1.377/2014, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0302/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do Pezinho) do grupo sanguíneo fator RH do recém-nascido.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titton) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no dia de amanhã eu tenho uma audiência marcada com o governo exatamente para tratar sobre dois vetos que ora estão na pauta. As Mensagens n.s: 1.377/2014 e 1.379/2014.

Gostaria de saber da possibilidade de essas mensagens serem retiradas de pauta, já que houve também a retirada do projeto de autoria do deputado Joares Ponticelli, com o compromisso de, na próxima semana ou no momento oportuno, voltarem a ser apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titton) - É legítimo o pedido do autor. Retiramos da pauta então a Mensagens n. 1.377/2014 e 1.379/2014, e ficam colocados na pauta da próxima terça feira, se assim v.exa. entender.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titton) - Com a palavra, pela ordem, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação da nossa parte em nome da liderança do governo, sem problema nenhum com relação à transferência da votação desses dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titton) - Muito bem. Estão retiradas da pauta as duas mensagens.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.378/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0280/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a tarifa social da energia elétrica para os hospitais

públicos e filantrópicos do estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Scheneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Qual a mensagem, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A Mensagem n. 1.378/2014.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho voto 1, por favor.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não conheço profundamente o projeto do deputado Gelson Merisio, mas apenas para esclarecer, esse é um compromisso do governo que foi assumido no Congresso dos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, no ano passado e neste ano, e está sendo tratado com a secretaria da Fazenda, com a Celesc e com o governo. Está sendo formatado um projeto com a possibilidade da retirada do ICMS da conta de luz dos hospitais filantrópicos. Parece-me que essa atitude que o governo deverá tomar atende a essência do projeto do deputado Gelson Merisio.

O Sr. Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Encaminho voto 1, sr. presidente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não", rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 11 votos "sim", 11 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, o projeto apresentado pelo deputado Valmir Comin, que é a Mensagem n. 1.381, trata da pensão a pessoas, familiares de tem deficiência mental, extremamente importante e, parece-me, há um consenso aqui entre as bancadas para a derrubada do veto, mas estamos ficando com o quórum muito apertado para essa votação.

Então, consulto v.exa. Ou paramos de votar os vetos ou se fosse para continuar, que nós possamos inverter e votar agora esse veto para que tenhamos a mínima chance de vê-lo derrubado, porque estamos já no limite de número de deputados para poder deliberar o veto.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quanto à inversão, não há problema, nós concordamos, mas nos Parlamentos ganha a maioria. Isso a gente já sabe! Mas temos que ter a possibilidade de isso ser uma vitória real ou uma derrota real. E tendo apenas 21 ou 22 deputados e precisando de 21 votos para derrubar o veto, você não trabalha mais com maioria, trabalha com unanimidade, apenas. Então, acho que eu queria propor que transferíssemos esses demais vetos para amanhã, para pelo menos termos a possibilidade de discutir cada um dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo concordância dos líderes, inverteremos a pauta e colocamos em votação em turno único a Mensagem n. 1.381/2014, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0222/2011, de autoria do deputado Valmir Comin, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 7.702, de 1989.

O sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, se houver concordância de v.exa. e dos demais deputados, podemos também deixar esse veto para amanhã, porque o quórum é bastante escasso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo concordância transferimos este e os demais vetos para o dia de amanhã, porque o quórum está ficando cada vez mais apertado.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Temos uma maioria muito apertada para derrubar este veto, sr. presidente. Se pudermos votar amanhã, agradeço, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Votaremos esse e os demais vetos que estão no dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 437, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 438, de autoria do deputado José Nei Ascari; 439 e 440, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 441, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s: 789, de autoria do deputado Marcos Vieira; 790 e 791, de autoria do deputado Aldo Scheneider; 792, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 793 e 794, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 795, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 796, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803 e 804, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 805, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes moções:

Moção n. 86, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao procurador-geral da República e demais autoridades, apelando para que agilize o processo de investigação referente ao Programa de Cisternas no município de Xanxerê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 87, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal, manifestando a defesa do estado democrático brasileiro e repúdio a qualquer possibilidade ou defesa de ruptura da ordem estabelecida através de intervenção militar.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigado, sr. presidente, apenas fazer um apontamento que vi como cidadã, estarecida, no último sábado, pessoas se reunirem nas ruas do país, em algumas cidades, umas contra a presidenta reeleita Dilma Rousseff, que me parece está no campo da democracia, mas me preocupou sobremaneira, e fico feliz de ver que nem mesmo no PSDB isso teve eco para que não se juntarem a essas manifestações que pediam uma intervenção militar no Brasil. Inclusive, ontem, o Senado Federal se pronunciou sobre a impossibilidade óbvia de qualquer intervenção que tivesse amparo constitucional ao que chegou a se pedir nessas manifestações de rua, felizmente, com um volume muito pequeno de pessoas, mas pediu a volta do regime militar, uma intervenção militar no Brasil, um país que viveu

uma ditadura que o levou às trevas durante duas décadas. Nós sabemos o nefasto que foi para o desenvolvimento do país e principalmente no campo de direitos humanos essa experiência que o país viveu.

Portanto, parece-me que essa Casa Legislativa, como guardiã da democracia, que também precisa ser, precisa se pronunciar. E nesse sentido é a nossa manifestação, para que tenha uma moção favorável, que se mantenha e que nós todos cultuemos no Brasil. Este que é o valor maior da nossa nação, que é a democracia.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -  
Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 40 anos do Movimento Emaús.

Está encerrada a sessão.